

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.051 - SP (2019/0011551-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : DAIANE CRISTINA RODRIGUES  
**ADVOGADO** : JOSIAS WELLINGTON SILVEIRA - SP293832  
**AGRAVADO** : TELEFÔNICA BRASIL S.A  
**ADVOGADOS** : MÔNICA FERNANDES DO CARMO - SP115832  
ELIAS CORRÊA DA SILVA JUNIOR - SP296739

**EMENTA**

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO CUMULADA COM AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. MAJORAÇÃO DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. DANO MORAL FIXADO EM VALOR QUE NÃO PODE SER CONSIDERADO IRRISÓRIO. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.

**DECISÃO**

DAIANE CRISTINA RODRIGUES (DAIANE) propôs ação declaratória de inexigibilidade de título de crédito cumulada com danos morais contra TELEFÔNICA BRASIL S.A. (TELEFÔNICA).

O Juízo primevo julgou parcialmente procedente o pedido para declarar a inexistência o débito descrito na inicial.

Inconformada, DAIANE apelou da sentença. O aresto se encontra assim sintetizado:

*PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA. Ação declaratória de inexigibilidade de débito cumulada com ação de indenização por danos morais. Sentença de parcial procedência dos pedidos. Apelação da autora. Inclusão do nome da demandante na lista de órgãos de restrição ao crédito. Inexistência de prova da existência de relação jurídica entre as partes. Dívida inexigível. Negativação indevida. Anotações posteriores ao apontamento discutido nos autos. Inaplicabilidade da Súmula nº 385 do C. STJ.*

*Danos morais. Ocorrência. Dever de indenizar. RECURSO PROVIDO (e-STJ, fl. 169).*

Os embargos de declaração opostos por DAIANE foram acolhidos para determinar que sobre o *quantum* indenizatório incida a correção monetária desde a data do evento danoso (Sumula 54, do STJ).

Irresignada, DAIANE interpôs recurso especial fundado no art. 105, III, *a e c*, da CF, alegando, além do dissídio jurisprudencial, violação do art. 944 do CC/02, sob o fundamento de que o *quantum* fixado a título de compensação por danos morais é irrisório.

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta não foi apresentada (e-STJ, fls. 316/319).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*.

Do *quantum* indenizatório.

Na linha dos precedentes desta Corte, o valor fixado a título de compensação por danos morais somente pode ser modificado em grau de recurso especial quando manifestamente abusivo ou irrisório.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. ACIDENTE DE CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. AFASTADA. RESPONSABILIDADE CIVIL. SOLIDARIEDADE. CADEIA DE CONSUMO. INCIDÊNCIA. APLICAÇÃO DO CDC. ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N. 83/STJ. REVISÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

[...]

*3. A revisão dos valores fixados a título de indenização decorrente de danos morais, bem como a proporcionalidade da distribuição da sucumbência, somente é admitida no âmbito do recurso especial em situações excepcionais, em que a irrisoriedade ou o excesso é evidente, o que não é a hipótese dos*

*autos.*

*4. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no AREsp 826.772/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 9/9/2016);

*CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.*

*[...]*

*2. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice, para possibilitar a revisão. No caso, o valor estabelecido pelo Tribunal de origem não se mostra excessivo, a justificar a reavaliação, em recurso especial, da verba indenizatória fixada.*

*3. Agravo interno a que se nega provimento.*

(AgInt no AREsp 785.643/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, DJe 6/9/2016)

No caso dos autos, não se mostra irrisório o *quantum* indenizatório fixado pelo Tribunal de origem em R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

#### Do dissídio jurisprudencial

É de se ressaltar que o recurso fundamentado na alínea *c* do permissivo constitucional requer a demonstração analítica da alegada divergência em casos idênticos tratados de maneira diversa no momento da aplicação da lei federal. Exige-se, também, a transcrição dos trechos que caracterizam a divergência, mencionando as circunstâncias que identificam os casos confrontados e similitude fática entre os julgados.

Analisando as razões contidas no especial, tem-se que a recorrente não comprovou o dissídio jurisprudencial nos moldes legais.

Com efeito, além de transcrever os julgados apontados como paradigmas, é necessário realizar o cotejo analítico, com a demonstração da identidade das situações fáticas e da interpretação diversa dada ao mesmo dispositivo.

Em suma, não foram preenchidos os requisitos do art. 1.029, § 1º, do NCPC, e do art. 255 do RISTJ, o que inviabiliza o exame do apontado da divergência pretoriana.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso

especial.

Por fim, advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º, do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO  
Relator

